



ENCONTRO NACIONAL EDUCAÇÃO DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS

Salvador - BA, 28 | Fev a 02 | Mar | 2024

DOCUMENTO FINAL



ENCONTRO NACIONAL EDUCAÇÃO DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS

Salvador - BA, 28 | Fev a 02 | Mar | 2024

DOCUMENTO FINAL

Nos dias 28 e 29 de fevereiro e 01 e 02 de março de 2024 estivemos reunidos em Salvador, na Bahia de todos os Santos, na Bahia de tantos Mártires da luta pela terra e pelo território; de Marighela, Mãe Bernadete, mas também na Bahia da Resistência, na Bahia da Luta e da Esperança.

1. Quem somos e o que nos reuniu

Somos militantes da vida, da terra e da educação; lutadores e lutadoras do campo, das águas e das florestas. Somos Sem Terra, Agricultores Familiares, Mulheres Camponesas, Mulheres Trabalhadoras Rurais, Pequenos(as) Agricultores(as), Quilombolas, Ribeirinhos(as); Pescadores(as), Extrativistas, Indígenas; Jovens Rurais, Quebradeiras de Côco; dos Povos de Terreiro. Somos Amazônidas, somos dos pampas; somos do Sertão, dos Litorais, da Caatinga, do Cerrado, dos Fundos de Pasto, das periferias urbanas; dos morros e das favelas, somos de todos os rincões do país.

Somos Professores(as) das universidades; somos professores (a)das escolas do campo; somos gestores também destas escolas e de nossas universidades; delas somos também estudantes e egressos; somos todos pesquisadores(as) militantes e militantes pesquisadores da Educação do Campo. Representamos os movimentos sociais populares e sindicais do campo, associações, movimento dos(as) estudantes, organizações não governamentais, agentes públicos(as) e pastorais.

Nos reunimos para celebrar os 25 anos da Educação do Campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Nos reunimos para ativar nossa memória histórica sobre nossas origens, nossa jornada, nossos(as) mestres(as), honrar nossas conquistas, aprender das nossas derrotas e tirar lições para os necessários passos adiante. Até aqui, trilhamos um longo processo de organização junto com nossos coletivos de luta, nossas organizações populares e tudo o que conquistamos para a educação foi porque não nos afastamos de nossa materialidade de origem, as lutas populares.



Somos os(as) herdeiros(as) daqueles que vieram antes de nós e empenhando sua vida e sua determinação, romperam as amarras, quebraram os cadeados, e com suas lutas e resistências derrubaram cercas e normas que impediam o povo de chegar à terra, de cultivá-la e dela tirar seu sustento; que os impediam de viver das águas, de viver na floresta e da floresta, que lhes subtraem os direitos à educação.

Como herdeiros destes lutadores e continuadores de seus legados; como forjadores de novas conquistas nos reunimos para afirmar o direito à educação em todos os níveis e modalidades, como direito do povo do campo, das águas e das florestas e como dever do Estado e da sociedade. Juntos, refletimos sobre o até aqui construído, no âmbito da nossa organização e no âmbito da instituição dos direitos conquistados na legislação, nas escolas, nas universidades, nas escolas técnicas e no âmbito das políticas públicas.

Nesta direção, em consonância com o que debatemos na Conferência Nacional de Educação, que realizamos em Brasília, de 28 a 30 de janeiro de 2024, reafirmamos que desigualdades educacionais, sociais e econômicas que caracterizam nosso país, têm colocado imensos desafios à plena efetivação do direito à educação, conforme disposto no art. 208, da Constituição Federal, de 1988.

A pobreza, o racismo e as várias formas de preconceito e discriminação que atravessam o Estado brasileiro, se refletem profundamente nos processos educacionais, levando a diferentes formas de desigualdade no acesso, permanência e aprendizagem, sobretudo de estudantes de camadas populares, negros, indígenas, camponeses e quilombolas.

Essas desigualdades têm, entre suas consequências, diferentes formas de violência contra grande parte da população, dentre elas a dizimação dos povos indígenas, morte e encarceramento da juventude negra e periférica, a violência contra as mulheres, sobretudo as negras, contra pessoas com deficiência, a violência e morte das pessoas LGBTQIA+, dentre outras formas de desumanização, negação e violação de direitos. Essas características, por si só, reafirmam que toda e qualquer política, principalmente a educacional deve ser marcada pela democracia, igualdade de direitos, reconhecimento à diversidade e pela promoção da justiça.

2. Os desafios que a história e a atualidade nos impõem

Os desafios enfrentados historicamente na luta pela materialização das escolas do campo e da Educação do Campo evidenciam um cenário das históricas desigualdades sociais e educacionais impostas aos povos do campo, das águas e das florestas, e revelou para além da necessidade de escolas, professores(as) e infraestrutura, a profunda desigualdade no acesso à internet e aos meios tecnológicos. A luta pela Educação do Campo nos 25 anos de sua existência no Brasil, se constituiu em meio a conflitos contínuos e permanentes para a superação das desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais vivenciadas pelos povos do campo, das águas e das florestas.



Os territórios do campo, das águas e das florestas, possuem uma diversidade linguística, étnica e cultural que determinam uma visão de mundo, de vida, de natureza presentes na memória ancestral dos povos tradicionais, indígenas e quilombolas. Estes sobrevivem na resistência de comunidades tradicionais e nas atividades culturais desenvolvidas e potencializadas por meio de experiências e intervenções destes povos nas universidades, nas escolas, nas aldeias e demais organizações da sociedade, as quais precisam ser incorporadas na formulação das políticas educacionais.

A educação, como uma prática social, portanto, articulada a todas essas dimensões, se torna um dos eixos centrais da garantia do direito à diversidade e à diferença, em uma perspectiva mais ampla, entendida como pleno desenvolvimento humano. Os direitos educacionais dos indígenas, dos quilombolas, das pessoas em situação prisional, dos negros, das mulheres, dos povos do campo e da floresta, dos moradores de vilas e favelas necessitam retornar à agenda política, sendo estas demandas indissociáveis das lutas pela reforma agrária e urbana; a demarcação dos territórios indígenas e quilombolas; pela Agroecologia; pela preservação da agricultura camponesa e pesca artesanal, por políticas de distribuição e transferência de renda, por políticas habitacionais populares, dos moradores sem teto, de igualdade racial, das mulheres, da juventude, ao direito à memória e à verdade, entre outros.

3. Os desafios da Educação do Campo nas Políticas Públicas

No Brasil, desde 2000, mais de 160 mil escolas foram fechadas em todo Brasil, e mais de 100 mil somente no campo. Além disso, temos 18 mil escolas paralisadas no campo em todo o país e que, em breve, serão também extintas. Este é o maior e principal problema que já vem sendo enfrentado no âmbito dos movimentos sociais, sindicais e organizações populares, pois sabemos que com a extinção da escola, as comunidades se enfraquecem e terminam por deixar de existir. Em seguida, o abandono; a falta de estrutura e investimento; e a falta de trabalhadores qualificados em relação às salas multisseriadas. Isso reflete o processo de “modernização das redes de ensino”, numa lógica urbanocêntrica. Os gestores se baseiam em argumentos fugazes para justificar o fechamento das escolas. Primeiro argumento: Por que várias escolas pequenas e dispersas? Logo, fecha a escola e aplicam a nucleação. Segundo argumento: Há poucas crianças, não compensa o investimento. Terceiro argumento: nas escolas e turmas multisseriadas “não se aprende, não há qualidade”. Assim, as secretarias de educação, com a omissão dos conselhos de educação, criam portarias à margem e ao arrepio da lei para legitimar tais argumentos; por exemplo, estabelecendo número mínimo de estudantes para a lotação e funcionamento das turmas nas comunidades tradicionais e camponesas.

Fechar as escolas do campo é parte do projeto hegemônico que está em curso, diante do grande confronto que vivemos. Tal afirmação nos provoca a pensar: qual

a identidade de escola do campo que queremos, considerando que a grande maioria oferece apenas a educação infantil e os anos iniciais, em classes multisseriadas.

3.1. Educação do Campo na Educação Básica - fechamento de escolas, e salas multisseriadas

- A educação deve estar relacionada diretamente ao acesso a ter direitos;
- A Educação do Campo tem como pano de fundo a luta por um projeto de vida no campo e a questão agrária é central. Sem mudar a estrutura agrária e sem enfrentar o agronegócio não é possível ter Educação do Campo;
- A escola do campo é voltada para os trabalhadores do campo, o capital não poderá ser o educador; a Educação do Campo precisa ter autonomia, a escola é do povo e com o povo, por isso, fechar escola é crime.
- Os educadores e as educadoras do campo devem ser formadores de homens e mulheres do campo, das águas e das florestas, do presente e do futuro.
- A educação não pode ser individualista, deve ser coletiva, cooperada e socialista, deve estar fundamentada na práxis, no trabalho criativo, contextualizado e pela vida.
- A Educação do Campo não é meramente pedagógica, é essencialmente política e de classe, nasce na luta pela terra, para alargar os territórios camponeses.
- A lógica empresarial não se ajusta à Educação do Campo. Precisamos lutar por uma política de educação de acordo com as nossas realidades, as nossas especificidades e os nossos modos de vida, não há como padronizar as escolas do campo.
- Os camponeses organizados sustentam a Educação do Campo. Temos várias experiências de escolas no Brasil que, administradas pelos camponeses, reconhecem os sujeitos do campo como dirigentes das escolas, disputam a política como sujeitos do campo.
- A sangria das escolas do campo nos dados oficiais nos remete à necessidade de criação de um Observatório das Escolas do Campo.
- Quando os(as) trabalhadores(as) e os movimentos sociais tomam a escola nas suas mãos, ela não fecha, ela permanece nas comunidades tradicionais e camponesas.

Desafios:

- Aprofundar o debate sobre a identidade da escola do campo a partir das concepções e princípios da Educação do Campo, na perspectiva de transgredir o modelo precarizado urbano que tem sustentado historicamente as escolas multisseriadas do campo, e ter o cuidado de realizar a defesa das escolas

multisseriadas nesse momento em que elas têm sido a justificativa para o fechamento, em virtude de suas condições precárias de existência;

- Desmistificar os argumentos oficiais que têm sido utilizados pelos gestores educacionais para o fechamento de escola do campo: a ideia de que a nucleação vai garantir a modernização da rede de ensino e garantir a qualidade da educação, de que a multissérie é sinônimo de fracasso escolar e de que há uma diminuição do número de crianças nas comunidades tradicionais e camponesas;
- Fortalecer os canais de comunicação para informar sobre o arcabouço jurídico e marcos legais em torno do fechamento de escola do campo;
- Deflagrar uma Campanha unificada (um dia “D”) em âmbito nacional em torno do combate ao fechamento e de fortalecimento das escolas do campo;
- Construir um guia de direitos básicos de como garantir junto às instituições jurídicas a permanência das escolas do campo, assim como a qualidade do ensino e o cumprimento dos marcos legais;
- Encaminhar manifestação ao Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Nacional de Justiça para que se recomende aos Promotores de Justiça e Juízes atuação para garantia do direito à educação das comunidades do campo, das águas e das florestas;
- Articular com os grupos dos advogados populares e advogados/estudantes do Pronera para atuar no combate do fechamento e para o empoderamento das comunidades;
- Mobilização permanente nas comunidades, retomada da autonomia das escolas na construção dos PPP’s e fortalecimento da formação inicial e continuada de educadores/as para Educação Infantil e Anos Iniciais da Educação Básica do Campo;
- Organização de um Dossiê com a síntese das pesquisas sobre o fechamento, incluindo as experiências que os estados estão protagonizando no combate ao fechamento.
- Necessidade de financiamento específico para as escolas do campo, especialmente àquelas que estão localizadas nas pequenas comunidades tradicionais e camponesas.
- Necessidade de adequar a política de educação integral que está sendo construída no âmbito do Ministério da Educação às realidades e necessidades próprias da produção da existência dos sujeitos nos territórios do campo, das águas e das florestas.

3.3. Educação Infantil do Campo



A Educação Infantil (EI) nasce com as grandes metrópoles para as mães deixarem as crianças para trabalhar. Até pouco tempo as crianças do campo não tinham acesso à educação.

A EI do Campo nasce como um espaço de luta ligada à terra. Um conceito de movimento feito por homens e mulheres.

O que diríamos para a Educação do Campo? Olhem mais para as crianças do campo desde bebês, que, enquanto sujeitos da Educação do Campo tem uma identidade de criança. É no campo onde o direito das crianças à educação é mais violado.

Desafios:

- Construir escolas do campo adequadas ao atendimento às crianças da Educação infantil em creches e pré-escolas.
- Concluir as escolas do campo e as creches que não foram concluídas no governo anterior, disponibilizar mais recursos aos municípios.
- Sextas culturais – encontros com momentos de lazer, diversão e as famílias sendo convidadas a participar.
- Retomar e revisar as Orientações Curriculares Nacionais para a Educação Infantil do Campo (2010) – enviar para gestores.
- Aproveitar a experiência das Cirandas Infantis do MST e outras dos movimentos sociais como referência para construir uma política de educação infantil do campo em diálogo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (2009);
- Inserir na formação do Programa Escola da Terra a educação infantil – formação em rede.
- Ofertar cursos de Especialização específicos para as professoras que atuam na Educação Infantil do Campo.
- Financiamento e produção de materiais apropriados à Educação Infantil do Campo, das águas e das florestas, que valorize suas identidades e territórios;
- Construir os Projetos Políticos Pedagógicos como instrumento de afirmação da educação infantil do campo;
- Inserir a arte e a cultura nas práticas curriculares– ArtEducação do Campo a partir da Educação Infantil;
- Construir um documento para colocar em pauta e fortalecer um GT de Educação Infantil do Campo no MEC para pensar e acompanhar a política de Educação Infantil desde bebês do campo enquanto sujeitos de direitos.

3.4. Formação inicial e continuada de Educadores(as) do Campo, das Águas e das florestas

3.4.1. Licenciaturas em Educação do Campo: Áreas do conhecimento, Alternância e curricularização da Extensão

- A materialidade da Licenciatura é a Questão Agrária. As Licenciaturas foram criadas para contribuir com a resistência camponesa no processo de desterritorialização que o agro, hidro, carbono, narconegócio fazem. Por isso, as Licenciaturas representam a resistência e a inclusão, são uma trincheira da EdoC, que está dentro de uma luta maior, o que exige uma articulação permanente com os movimentos sociais e sindicais do Campo, das Águas e das Florestas.
- A Licenciatura em Educação do Campo possibilitou a implementação de um outro modelo de formação nas universidades a partir da alternância pedagógica, oportunizando que os sujeitos do campo possam adentrar a universidade, e que exista uma interação entre Educação Básica e Superior, e entre Universidade e comunidades camponesas.
- A alternância questiona a institucionalidade da universidade – com a criação de novos tempos e espaços de formação – potencializar outras pedagogias e outras epistemologias;
- Fomenta novas possibilidades de produção de conhecimento em diálogo com os movimentos sociais e os sujeitos do campo – reconhecimento e legitimando saberes e práticas sociais historicamente marginalizadas;
- As Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância legitimam outro modo de produção do conhecimento e permitem a construção de outra teoria pedagógica, pautada na práxis educativa e no reconhecimento dos diferentes conhecimentos e saberes;
- A curricularização da extensão é uma conquista importante para a efetivação dos princípios da Educação do Campo e para efetivação da alternância dentro das Licenciaturas em Educação do Campo – no entanto, sua efetivação depende do financiamento da política de extensão e de assistência estudantil nas universidades.
- A alternância é a condição para a curricularização da extensão – pode ser por meio de projeto de extensão – pode ser via matriz curricular integrada aos programas de formação do curso;
- As Mudanças no perfil dos sujeitos que estão entrando nos cursos trazem novos desafios pedagógicos e a necessidade de adequação do currículo ao perfil dos novos sujeitos

Desafios administrativos e institucionais

- Superar os desafios institucionais associados ao modelo de fazer ciência e educação dentro das universidades;



- Lutar pela recuperação dos códigos de vagas desviados – pois fere as normas do Edital de 2012;
- Organizar a resistência ao fechamento dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo;
- Organizar as condições para a garantia da efetivação das licenciaturas, concebida a partir dos princípios da Educação do Campo;
- Lutar pelo financiamento específico da Licenciatura em Educação do Campo é condição essencial para a efetivação dos princípios da Educação do Campo por meio da alternância e da extensão. A ausência de condições de permanência tem gerando um grande número de evasão nos cursos – pois os estudantes não têm condições de garantir a hospedagem e alimentação;

Desafios políticos e pedagógicos na consolidação da formação por área de conhecimento e a curricularização da extensão:

- Resgatar os princípios da Educação do Campo dentro da Licenciatura em Educação do Campo;
- Superar a forma escolar que está consolidada a partir do paradigma disciplinar – quando trabalhamos com as áreas acabamos caindo na lógica de tentar fragmentar a prática das áreas nas disciplinas;
- Enfrentar o debate da BNC - Formação e o processo de adequação dos PPCs atrelados à BNCC;
- A concepção de área de conhecimento não pode ficar restrita às áreas de conhecimentos científico – mas deve incorporar também os conhecimentos e saberes oriundos das práticas culturais dos povos do campo, das águas e das florestas;
- Potencializar as áreas de conhecimentos e os processos formativos pelas diferentes matrizes culturais e sociais, articulados com a formação política e social comprometida com transformação social e a libertação dos povos do campo;
- Organizar as condições para a efetivação da alternância. A Alternância tem possibilitado o ingresso de um público que não estaria na universidade – mas chega de forma precarizada – o auxílio é insuficiente para a permanência do aluno – temos que ter as condições para a efetivação da alternância – alojamento, alimentação e transporte;
- Ampliar o debate acerca da concepção de interdisciplinaridade –tendo a realidade como ponto de partida da formação e da produção do conhecimento;
- Retomar a Formação continuada dos educadores das Licenciatura em Educação do Campo para o aperfeiçoamento da alternância pedagógica e da formação por área de

conhecimento;

- Estabelecer a troca de experiência entre as universidades acerca das experiências mais consolidadas com o trabalho com as áreas do conhecimento.

Proposições:

- Ampliar o financiamento da Licenciatura em Educação do Campo – com a mudança da matriz de financiamento;
- Lutar por uma política de financiamento da extensão na Licenciatura em Educação do Campo como forma de potencializar a curricularização e acima de tudo a alternância com maior qualidade – as universidades precisam garantir os recursos da extensão;
- Retomar o PIBID diversidade para as Licenciatura em Educação do Campo – precisamos reivindicar a oferta das vagas;
- Garantir a realização do 9º Encontro das Licenciaturas em Educação do Campo para aprofundar o debate sobre a situação das Licenciatura em Educação do Campo;
- Estabelecer critérios mais rígidos em relação a contratação e permanência dos educadores das Licenciatura em Educação do Campos;
- MEC /SECADI precisa encontrar meios que possam garantir a efetivação das políticas de Educação do Campo em estados e municípios. Sem a efetivação das políticas, não há como fortalecer as Licenciaturas em Educação do Campo
- Seguir atuando pela Revogação da BNCC e da “reforma” do Ensino médio para garantir as condições de atuação dos egressos das licenciaturas e os princípios da Educação do Campo nas escolas;

3.4.2. Programa Escola da Terra

O Programa Escola da Terra é uma das ações do Pronacampo, que tem construído uma parceria importante entre MEC/IES/Sistemas Estaduais e Municipais de Educação.

Como um programa de formação continuada tem como finalidade promover a melhoria das condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades, por meio do apoio à formação de professores, prioritariamente que atuam nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental compostas por estudantes de variadas idades, e em escolas de comunidades quilombolas, fortalecendo a escola como espaço de vivência social e cultural.

Atualmente o Programa tem parceria com 40 IES públicas com oferta de aperfeiçoamento, envolvendo um total de 6.700 professoras(es) de Escolas do Campo e Quilombolas, além de 22 cursos de especialização, envolvendo um total de 1.500 professoras(es) em processo de formação em pós-graduação.

Desafios para o fortalecimento da continuada da Educação do Campo nos estados e municípios

- Universalizar o Programa Escola da Terra em todos os Estados Brasileiros e no Distrito Federal, assegurando suas especificidades locais e os princípios gerais que configuram o Programa em nível nacional;
- Ampliar o financiamento do Programa Escola da Terra, de modo que ele proporcione a formação continuada de todas as educadoras e educadores do campo, das águas e das florestas, que atuam nas escolas e turmas multisseriadas, com a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental;
- Ampliar a abrangência do Programa Escola da Terra, de modo que ele promova a formação continuada dos educadores e educadoras do campo, das águas e das florestas que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, em turmas multisseriadas ou não;
- Ampliar a oferta de cursos de formação continuada de educadores e educadoras no âmbito do Programa Escola da Terra, de modo que ele ofereça o curso de aperfeiçoamento, o curso de especialização e o curso de mestrado profissional aos educadores e educadoras do campo, das águas e das florestas que atuam com escolas e turmas multisseriadas nos territórios camponeses.
- Reunir e visibilizar a produção de materiais pedagógicos e de estratégias metodológicas inovadoras e contextualizadas que estão sendo construídos no âmbito do Programa Escola da Terra nos Estados
- Interromper o processo de fechamento das escolas é condição básica para a existência da Educação do Campo, das Licenciaturas em Educação do Campo e do Programa Escola da Terra. Com o fechamento das escolas de ensino médio e fundamental II no campo, os egressos ficam sem espaço de atuação. A nota técnica é insuficiente para garantir que estados e municípios garantam as condições políticas de viabilidade da Educação do Campo e da garantia da contratação dos egressos das Licenciatura em Educação do Campo.

3.5. Pedagogia da Alternância na Educação Básica e no Ensino Superior

Mesmo diante de todas as dificuldades encontradas durante a história de luta do movimento, por meio de muitas lutas conseguiram avanços importantes, tais como:

- Parecer Nº 001/2006 (dias letivos, tipologias e pilares dos CEFFAs);
- Políticas Públicas dos CEFFAs (Lei FUNDEB 12.695/2012 e o novo FUNDEB);
- Portaria n 1071 de 16/01/2016 (matrículas de instituições comunitárias de educampo – Pará);
- Portaria 100 (GT Rede CEFAS e fortalecimento das políticas públicas);
- Portaria 1.344 de 30/11/2016 (matrículas EF tempo integral);
- Resolução CNE-CP 001 de 16/08/2023 (diretrizes da pedagogia da alternância na Educação Básica e Superior).
- Estudo do Custo Aluno da Pedagogia da Alternância, com base nos insumos da Educação do Campo

Reconhecimento/ordenamentos legais

- Reconhecimento dos CEFFAs como escolas comunitárias e equiparação das mesmas às escolas públicas para fins de repasse e para reconhecimento de seus sujeitos como beneficiários de todas as políticas públicas;
- Institucionalização de fato do Regime de Alternância no Ensino Superior, de modo que a Universidade a reconheça na sua especificidade teórico-metodológica e sua inclusão no orçamento de suas rubricas;
- Emissão de uma nota técnica que possa se constituir como recomendatória aos conselhos estaduais e municipais de educação no reconhecimento da Pedagogia da Alternância e sua institucionalização nos sistemas de ensino;
- Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Pedagogia da Alternância e construção de Diretrizes Complementares;
- Construção das Diretrizes Curriculares estaduais da Pedagogia da Alternância;
- Garantir que o repasse dos recursos do Fundeb seja de fato destinado aos CEFFAs, por meio de convênios e parcerias dos estados e municípios para com as associações e/ou entidades mantenedoras.
- Financiamento de um diagnóstico dos CEFFAs para subsidiar a implementação de políticas públicas coerentes com as demandas da realidade;

Formação de Educadores e Educadoras

- Criação de programas de formação continuada para os professores-educadores das Instituições superiores que trabalham com os cursos organizados em Regime de Alternância, com enfoque na Pedagogia da Alternância;
- Criação de programas de formação continuada (especialização e mestrado) para os professores-educadores-monitores que trabalham nos CEFFAs, em diálogo com as regionais que constituem as redes Unefab e Arcafar;
- Construção de processos formativos dos professores/educadores das licenciaturas em Educação do Campo na Pedagogia da Alternância em diálogo com as experiências da Educação Básica do Campo.

Infraestrutura

- Sem recursos financeiros não tem como fazer Educação do Campo e Pedagogia da Alternância. Pensar a PA nos exige pensar os territórios, sua existência e exigir uma educação que seja referenciada nos modos de vida onde os sujeitos existem. Portanto, é urgente uma política de financiamento da Pedagogia da Alternância, no sentido de garantir a alimentação dos estudantes; a moradia; as visitas às famílias e tudo o que envolve a materialização da PA no âmbito da formação da Educação do Campo;
- Investimento na Infraestrutura dos CEFFAs, na construção e reforma das escolas;
- Investimento na moradia estudantil das universidades com construção da casa da alternância e reforma dos espaços já existentes.

Fomento para estudantes e egressos

- Inclusão dos estudantes dos CEFFAs no Programa Pé de Meia e/ ou programas de bolsa permanência para os estudantes;
- Criação de fomento para implantação e/ou implementação de projetos profissionais como geração de trabalho e renda dos egressos no campo;
- Garantir um Custo-aluno diferenciado para os estudantes do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior na Pedagogia da Alternância;
- Integração e/ou inclusão dos sujeitos dos CEFFAs nas políticas

- pública do Incra;
- Políticas públicas que garantam aos egressos terra, trabalho e moradia para viverem dignamente no campo.

3.6. Agroecologia, Educação Profissional e Tecnológica do Campo: Básica e Superior

- A consolidação da Agroecologia, Educação Profissional e Tecnológica do Campo pressupõe o enfrentamento às diversas formas de avanço do capital no campo brasileiro, materializado pelo agronegócio, mineração, conglomerados de parques eólicos e tantas outras formas de apropriação dos territórios camponeses, povos das águas e das florestas, que causam:
 - A desterritorialização das comunidades e povos tradicionais;
 - A apropriação privada dos bens comuns;
 - especulação da terra;
 - A exploração dos recursos naturais;
- A Educação em Agroecologia, em suas diversas modalidades, precisa ser construída na materialidade dos territórios camponeses, das características dos biomas, da cultura camponesa, em conflito com as contradições imposta pelo capital, com vistas a fazer o enfrentamento e re/construir uma forma de produção agrícola que estabeleça outra relação com a natureza.
 - A Agroecologia, Educação Profissional e Tecnológica do Campo necessita de outro referencial de produção científica e de tecnologias, adaptados às dimensões e necessidades dos agroecossistemas das famílias camponesas, para possibilitar o aumento da produção e produtividade agrícola, a redução da penosidade do trabalho, a agregação de valor à produção, melhoria de renda e qualidade de vida.
 - A luta para aumentar o investimento do Estado brasileiro na agricultura camponesa e familiar em base a agroecologia é determinante, por meio de políticas públicas que potencializam as ações em promoção da agroecologia e da produção de alimentos saudáveis, como PAA, PNAE, Água para Todos, Minha Casa....
 - A formação dos educadores e educadoras em agroecologia como ciência é urgente, desde a educação básica até a pós graduação, tanto dos profissionais que atuam nos cursos de Agroecologia, como todas as demais áreas do conhecimento;
 - A Agroecologia, Educação Profissional e Tecnológica do Campo pressupõe a existência de sujeitos no campo, portanto, uma Reforma Agrária que crie as condições de existência de vida de pessoas no campo;
 - A produção agroecológica precisa avançar massiva, que consiste em ampliar territorialmente as áreas de produção de

alimentos saudáveis e a construção de tecnologias sociais, para isto é necessário avaliar e desatar os nós que impedem este crescimento;

- A agroecologia precisa avançar para além do rural, constituindo alianças com o meio urbano, uma aliança entre campo e cidade, entre a produção e o consumo;
- A formação em Agroecologia, Educação Profissional e Tecnológica do Campo precisa ser organizada considerando a temporalidade dos camponeses em sua relação com a natureza e portanto, adotando a Pedagogia da Alternância como metodologia dos cursos;
- Os cursos de Agroecologia, Educação Profissional e Tecnológica do Campo passam por dificuldades de reconhecimento, financiamento, regularização e infraestrutura;
- Os cursos de Agroecologia, Educação Profissional e Tecnológica do Campo precisam construir um conjunto de práticas e de referencial teórico no campo da produção animal em bases agroecológicas;
- O avanço dos cursos de educação profissional e tecnológica no campo não podem ser pautados pelo esvaziamento de conteúdo, precarização, reducionismo pedagógico e pela exclusiva mediação tecnológica.
- As matrizes curriculares precisam avançar para outras formas para além das caixas das disciplinas, replicando no currículo vida e o ambiente, sendo uma temática transversal para todos os cursos;
- A Educação Profissional e tecnológica no campo precisa ser uma educação de integral e de tempo integral que tenha como matriz formativa a agroecológica.

Desafios

- Conciliar formação em agroecologia com ATES;
- Construir políticas públicas estaduais de agroecologia;
- Criar uma Rede Nacional de Camponeses e Guardiões de Sementes Crioulas;
- Criar uma Política Nacional de Transição Agroecológica;
- Incluir no Plano Nacional de Educação o ensino de agroecologia;
- Aproximar os cursos de Agroecologia, Educação Profissional e Tecnológica do Campo das experiências das EFAs
- É urgente o reconhecimento político dos agroecólogos;
- O GT indica que devemos formalizar solicitação para que o INCRA e MDA produzam uma resolução para que todos os concursos tenham a previsão legal de vagas para agroecólogos, nas suas áreas de atuação, conforme reconhecimento da profissão no MEC.

3.7. Avanços e desafios do PRONERA e das Políticas de Formação Profissional e Tecnológica.

- A conjunção dos movimentos sociais, sindicais e organizações populares camponesas e de suas práticas formativas, das práticas das escolas do campo, das EFAs, do sistema de Alternância com as IES permitiu construir avanços importantes. É esta liga entre povos do campo e instituições públicas de ensino; trabalhadoras(es) do campo e professores(as) que dá força ao PRONERA e que as forças da classe dominante busca de todas as formas quebrar, tentando excluir os sujeitos dos projetos do Pronera.
- O protagonismo dos movimentos populares é condição para que o Pronera tenha vida longa. Se tirar um pé o Pronera cai. A força do Pronera está no tripé.
- A luta pela retomada do Pronera é parte da luta contra a galopante privatização da educação pública. Precisamos manter firme esse legado, esse patrimônio construído com muito sangue, suor, lutas, resistência e disposição para colocar a mão no futuro.

PRONERA como espaço de elaboração e afirmação da tríade: Educação - Campo - Política Pública

- O Pronera se constitui em um laboratório de experimentação pedagógica, de reflexão e formação sobre projetos de Campo, de elaboração sobre Educação e de formulação de políticas públicas para os povos do campo.
- As políticas públicas impõem o alargamento do imaginário em torno dos Direitos; lutar por políticas públicas, nesta perspectiva, significa reconhecer o papel do conflito na conquista e manutenção dos direitos e a relação tensa com o Estado;
- O Projeto político pedagógico da Educação do Campo se estrutura sobre práticas, reflexões, sistematização, intercâmbio e elaboração política, teórica e pedagógica na interação entre as instituições de ensino os movimentos populares camponeses, na produção de conhecimentos, tecnologias apropriadas à Agricultura Camponesa e o avanço das forças produtivas desde o pólo do trabalho.
- A Alternância: Tempo Escola – Tempo Comunidade revela-se uma totalidade no movimento da práxis (Prática-Teoria-Prática);
- O Coletivo Político Pedagógico - professores, educadoras dos Movimentos Populares e Sindicais e egressos - é o elo entre o Tempo escola e o tempo comunidade. Fortalece a comunicação, a atualização, o acompanhamento dos estudantes.

- A auto-organização pessoal e coletiva dos estudantes é condição básica do protagonismo, da cooperação e exercício da participação.
- O Estudo, a leitura, o rigor teórico na perspectiva materialista dialética é requisito para a emancipação.

PRONERA como política de formação de intelectuais orgânicos do projeto popular de agricultura

- Constituir no Brasil uma massa crítica em torno da Questão Agrária, da Agricultura Camponesa envolvendo intelectuais, estudantes, dirigentes, professoras das Escolas do Campo. “Trincheiras de ideias” são uma força material.
- Ocupar e potencializar o espaço público e político das IES públicas distribuídas em todas as regiões do País, por meio de parcerias para cursos, encontros, debates entre os movimentos camponeses e a comunidade acadêmica;
- Constituir as Escolas de Educação Básica completa, com infraestrutura em espaços/centros de formação, cultura e identidade camponesa; bibliotecas abertas para a comunidade; formação de leitores; cinema da terra.
- Construir iniciativas que coloquem na agenda das IES a Questão Agrária, a Reforma Agrária, a Agricultura Camponesa e a Agroecologia, à semelhança das Jornadas Universitárias em defesa da Reforma Agrária - JURA.

PRONERA como afirmação e fortalecimento da Agricultura Camponesa, da Reforma Agrária Popular e de combate ao agronegócio.

- O alimento é um direito humano fundamental; não é mercadoria.
- Visibilidade às milhares de experiências Brasil a fora, de práticas significativas e consistentes de produção orgânica e agroecológica;
- Produção de conhecimento na perspectiva do desenvolvimento das forças produtivas desde a agricultura camponesa, com base em outra relação homem/mulher-natureza;
- A chave do futuro é engatar na agricultura camponesa, com destaque para a produção de alimentos saudáveis; padrões de consumo sustentáveis implica em dialogar com a sociedade para se posicionar sobre algumas questões fundamentais ao futuro do ser humano:

- ❖ Que tipo de alimentos queremos consumir?
- ❖ Como devem ser produzidos esses alimentos?
- ❖ Como garantir que todas as pessoas (em qualquer lugar do mundo, em cada região, em cada local) tenham acesso aos alimentos de que precisam para viver com saúde?
- ❖ Qual a principal finalidade da agricultura (produzir alimentos ou produzir commodities)?
- ❖ Qual o uso que devemos dar à terra, à água, ao conjunto dos recursos naturais? O que deixaremos como herança para nossos filhos e netos?
- ❖ Quem deve controlar a produção agrícola de um país?

Desafios:

- Organizar/abrir centenas e até milhares de turmas de EJA – alfabetização e anos iniciais e finais do ensino fundamental;
- Implementar pelo menos 100 novas turmas do Pronera em 2024/2025 - cursos de nível médio/técnico e superior – em diferentes áreas do conhecimento;
- Formar centenas/milhares de professoras(es) das/para as escolas do campo em Pedagogia, Licenciaturas em todas as áreas do conhecimento;
- Fazer lutas para ampliar a entrada dos povos do campo nas instituições de ensino superior (IES);
- Mobilizar a juventude, estudantes das áreas de Reforma Agrária, quilombolas, extrativistas... para os cursos;
- Envolver mais educadoras(es) dos movimentos sociais, sindicais e organizações populares camponesas para integrar as Coordenações Político-Pedagógicas (CPPs) dos Cursos;
- Garantir a ampliação e a regularidade de orçamento faz parte dessa luta.

Sem Reforma Agrária não tem Pronera!

3.8. Educação de Jovens e Adultos (EJA) no campo e seus desafios frente ao atual momento da luta de classes

- A EJA é um direito dos sujeitos camponeses;
- A EJA é a expressão histórica das desigualdades sociais, econômicas e educacionais.
- As pessoas analfabetas tem cor, região, classe social e gênero;
- Seguimos sem uma política de EJA em nosso País; o que há são promessas

não cumpridas, programas descontínuos;

- Atualmente temos a promessa de um programa de alfabetização que avança na concepção de alfabetização seguido da escolarização/complementação da escolaridade, mas apresenta limites em privilegiar as redes municipais e estaduais;
- Temos aprendido que para superar o analfabetismo a principal parceria deverá ser com os movimentos sociais, sindicais, associativos populares;
- Questionamos o pagamento dos educadores/as de EJA não ser referenciado no piso salarial dos professores, expressando a discriminação e preconceito para com os educadores/as de EJA;
- Destacamos que o PRONERA foi a política de EJA que mais se aproximou da realidade do campo e que mais produziu resultados palpáveis;
- Temos uma diversidade de experiências de EJA do campo com diferentes formas de organização do trabalho pedagógico fruto das lutas dos movimentos, universidades;
- Onde impera o agronegócio há muitas dificuldades para organizar a EJA
- A EJA é um potencial para envolver os jovens nesta tarefa, mobilizar, organizar o trabalho de base permanentemente... A EJA é uma necessidade para desenvolver o país;
- A EJA é uma possibilidade para não fechar escolas no campo;
- A EJA fortalece a luta popular, os movimentos, quando é trabalhado com participação dos sujeitos, visando a transformação social da realidade.

Desafios:

- Sem território não tem EJA. Associar a defesa das lutas da classe trabalhadora camponesa, indígena, quilombola e seus projetos de campo (reforma agrária, demarcação das terras indígenas, quilombolas, geraizeiros, fundo e fecho de pasto, ribeirinhos e outros) às lutas pelo direito à alfabetização e à escolarização;
- Construir a EJA como parte fundamental para o projeto popular de país que queremos;
- Revogação da Resolução no 01/2021 de 28 de maio de 2021;
- Projeto de EJA nacional, que massifique a alfabetização e a escolarização da população do campo, envolvendo os movimentos populares e sindicais, associativos e universidades como sujeitos;
- Garantir a formação dos educadores, transporte escolar, alimentação escolar, material didático, acompanhamento pedagógico do processo de EJA para transformar o campo em território livre do analfabetismo;
- Garantir a bolsa dos estudantes para incentivo e permanência, vinculado ao princípio do trabalho;
- Elevar o valor custo aluno da EJA no FUNDEB;
- Garantir o financiamento para a EJA/MEC/PRONERA;
- Envolver a questão de gênero nos projetos de EJA;

- Pensar a organização do trabalho pedagógico de EJA considerando a realidade dos sujeitos; flexibilidade com a forma e o tempo; alternância sem perder o referencial de currículo e da carga horária a cumprir;
- Construir processos de atualização dos currículos da EJA considerando a disputa de projeto de campo e conseqüentemente de currículos;
- Elaborar material didático para EJA Campo;
- Garantir que a EJA seja inserida como componente curricular obrigatório nas licenciaturas.

Por tudo que dialogamos nos dias de Encontro e pelo balanço que fizemos nos Grupos de Trabalho em relação às políticas de Educação do Campo e, especialmente as lutas que realizamos nos últimos anos, podemos afirmar o movimento da Educação do Campo como um movimento de resistência ao avanço do capital sobre o campo, sobre a educação e sobre as políticas públicas e assim deveremos seguir.

Para além da resistência, um movimento capaz de elaborar, propor e mobilizar novas políticas e provocar novos movimentos, novas lutas a partir dos desafios compartilhados e de acordo com cada realidade ali representada, numa estratégia unitária de avançar coletivamente com todos os povos do campo, das águas e das florestas.

Para afirmar nosso princípio de que a Educação do Campo é direito nosso, dever do Estado e compromisso da comunidade.

BOA LUTA!

